

AÇÃO COLETIVA

SSERP garante pagamento do adicional por tempo de serviço a servidores

Ação foi julgada e finalizada no último dia 29 de novembro

Assessoria

No ano de 2020 durante a pandemia da Covid-19, o Governo Federal instituiu a Lei Complementar nº 173/2020, com o objetivo de cortar gastos com pagamentos de benefícios ou aumentos aos servidores públicos no período vigente da lei, que se findou em dezembro de 2021. Neste recorte temporal, os servidores municipais de Tangará da Serra deixaram de receber o adicional por tempo de serviço, que corresponde em um aumento anual de 2% de acordo com a data de aniversário de cada colaborador.

Já a partir de janeiro de 2021, o Tribunal de Contas de Mato Grosso autorizou o retorno dos pagamentos através do Executivo Municipal. “Porém a Prefeitura de Tangará da Serra de forma ilegal, alterou as datas de aniversários dos servidores, fazendo a

“
Esta é mais uma vitória dos servidores públicos municipais de Tangará

contagem do tempo de serviço a partir de janeiro de 2022 e não na data de admissão do colaborador,

lesando vários trabalhadores na hora de computar a porcentagem e recebimento do benefício”, explica o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSERP) de Tangará da Serra, Willians Reis.

Diante dos fatos, a assessoria jurídica da entidade entrou com mandado de segurança coletivo na justiça, solicitando o pagamento integral e de forma correta. O processo entrou em tramitação e o Ministério Público deu parecer favorável na ação, que foi julgada e finalizada no último dia 29 de novembro, a qual acatou a solicitação do jurídico do sindicato e determinou que a Prefeitura de Tangará da Serra realize o pagamento do adicional por tempo de serviço referente ao período total de contribuição



Presidente do Sindicato, Willians Reis

de cada servidor.

“Esta é mais uma vitória dos servidores públicos municipais de Tangará da Serra, através do SSERP e da sua gestão,

que vem trabalhando firme e com propósito único, de representar e defender os servidores em todas as esferas do funcionalismo público”.



Ofício também foi lido em plenário

REPRESENTATIVIDADE

Vereadores cobram posicionamento da Bancada

Parlamentares de Sapezal enviam ofício aos deputados e Senadores

REDAÇÃO DS / Assessoria

Os vereadores do Município de Sapezal cobram dos representantes do Estado de Mato Grosso, mais especificamente dos Deputados Federais e Senadores, um posicionamento a tudo que está acontecendo.

Em ofício endereçado ao deputado Juarez Costa - Coordenador da Bancada Federal de Mato Grosso, eles citam as manifestações que ocorrem após o resultado do segundo turno eleitoral, apontando o silêncio dos Deputados Federais e principal-

mente dos Senadores de Mato Grosso, sejam em declarações públicas, sejam em ações concretas.

“Somos cobrados pela sociedade Sapezalense e nos posicionamos em mais de uma oportunidade, não nos acovardamos, mas a insurreição ultrapassa os limites do município e muito pelo contrário, atingem todo o Estado de Mato Grosso. E qual a resposta da Bancada Federal de Mato Grosso, composta

“
Exigimos uma resposta e ação dos membros da Bancada Federal

pelos Deputados Federais e Senadores? Um ensurdecador silêncio sepulcral que nada reflete o ânimo dos cidadãos mato-grossenses e muito menos apresentam qualquer resposta”, cobram oito, dos nove vereadores daquela Casa de Leis.

Encerram o documento com uma dura exigência para que a Bancada Federal assumam uma declaração dos eventos e tenha um posicionamento claro para a população. “Exigimos uma resposta e ação dos Membros da Bancada Federal de Mato Grosso, rompendo o silêncio dos representantes de Mato Grosso no Senado Federal e na Câmara dos Deputados desde o advento do segundo turno eleitoral e suas consequências”.